
A P R E S E N T A Ç Ã O

Conselho Editorial

Quatro meses são passados desde o *Encontro Nacional sobre Função Pública, Estado e Sociedade*, quando se reuniram, nas instalações da ENAP, estudiosos de todo o país para discutir questões ligadas ao desenvolvimento da administração pública brasileira. Nessa ocasião, a Revista do Serviço Público iniciou uma nova fase, trazendo a lume para o número de relançamento importantes aspectos sobre o tema "Governabilidade", permitindo ao leitor situar-se no contexto das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito do Estado.

Reatava-se, assim, uma tradição meritória da linha editorial da revista: manter o leitor familiarizado com a máquina estatal e, ao mesmo tempo, situá-lo diante de idéias e propostas inovadoras para a modernização do setor público.

Seguindo esta orientação básica, o volume 118/2 assinala o pensamento de especialistas sobre algumas reflexões voltadas à "Profissionalização do Servidor Público", buscando instigar o es-

tudo dos problemas políticos, sociais e tecnológicos que envolvem a matéria.

Numa abordagem científica, Tania Mezzomo e José Carlos Vaz trazem uma avaliação dos editoriais da revista desde sua criação, em 1937, e dos conceitos e terminologias utilizadas ao longo de sua história, situando a estruturação do aparato administrativo do Estado brasileiro, onde, particularmente, se pode observar a falta de iniciativa na difusão de informações das políticas públicas na área de recursos humanos.

Maria Helena de Castro Santos, Maria Lúcia de Moraes Pinheiro e Érica Máximo Machado, técnicas da ENAP, questionam se o provimento dos escalões superiores da máquina burocrática deve ser feito com profissionais com perfil generalista ou não, usando como exemplos a carreira dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e a atuação da ENAP, na qualidade de Escola de Governo.

Nesta mesma linha, Ciro Campos Christo Fernandes, Luiz Alberto

dos Santos e Aldino Graef, gestores governamentais formados pela ENAP em 1990, ressaltam a luta dos participantes da carreira de EPPGG para oferecer ao país uma opção de gerir um Estado moderno. Os técnicos dão ênfase à formação dos gestores e à inserção destes na administração pública.

Os limites e as condicionalidades de uma Escola de Governo são apresentadas por Francisco Gaetani com a preocupação de demonstrar que a preparação do corpo dirigente das burocracias públicas vem sofrendo a ausência de uma ação governamental mais efetiva, no que diz respeito às problemáticas de capacitação, remuneração e carreiras.

Rubens Ricupero avalia a qualidade dos recursos humanos da administração pública, enfatizando a capacidade do governo em formular e implementar, com êxito, decisões que beneficiem o serviço público, via um aperfeiçoamento contínuo, onde o "aprendizado" seja uma constante. Cita, como exemplo, as experiências bem sucedidas do Itamaraty e das Forças Armadas.

Uma exigência fundamental para capacitação do servidor é a incorporação de tecnologias de ensino avançadas que possam gerar a renovação dos quadros da

administração pública. Este é o ponto abordado por Ladislau Dowbor, onde situa as potencialidades da educação progressista aplicada à profissionalização.

Por sua vez, Manoel Mendes de Oliveira expõe a evolução histórica da classificação de cargos no Brasil e comenta a Lei 5.645/70 e o Projeto de Lei 4.407/94, instrumentos que dispõem sobre o "Sistema de Planos de Carreira dos Servidores Públicos Civis dos Poderes da União".

Conhecer o número de servidores públicos, seu estatuto funcional e previdenciário, sua classificação e sua qualidade de vida, é uma urgência no Brasil, apregoam José Carlos Durand e Ricardo Ernesto Vasquez, para se estabelecer uma administração pública útil. Com base na análise de resultados de pesquisa sobre o "Censo dos Servidores Estaduais de São Paulo", concluem que essas informações não têm sido usadas como instrumentos de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Indo mais além, questionam as razões desse desinteresse.

Bárbara Heliadora França defende a tese de que as relações entre trabalhadores e a administração pública somente recuperará sua dignidade mediante a quebra

do mito "você finge que paga e eu finjo que trabalho". A conscientização das partes é a base para a transformação do serviço público.

Por fim, Robison Baroni, co-autor do "Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal", subsidia o leitor com conceitos sobre moral e ética e sua utilização ao longo da evolução da humanidade. Em um plano mais específico, agrega tais conceitos às necessidades de mudança da organização social do setor público brasileiro.

Nas seções informativas - extratos de pesquisas e resenhas - são apresentadas notas sobre estudos e pesquisas em desenvolvimento, com ênfase em políticas públicas, e leituras de interesse para administradores públicos. Incluiu-se, também, neste número da RSP, uma bibliografia básica sobre o tema profissionalização.